

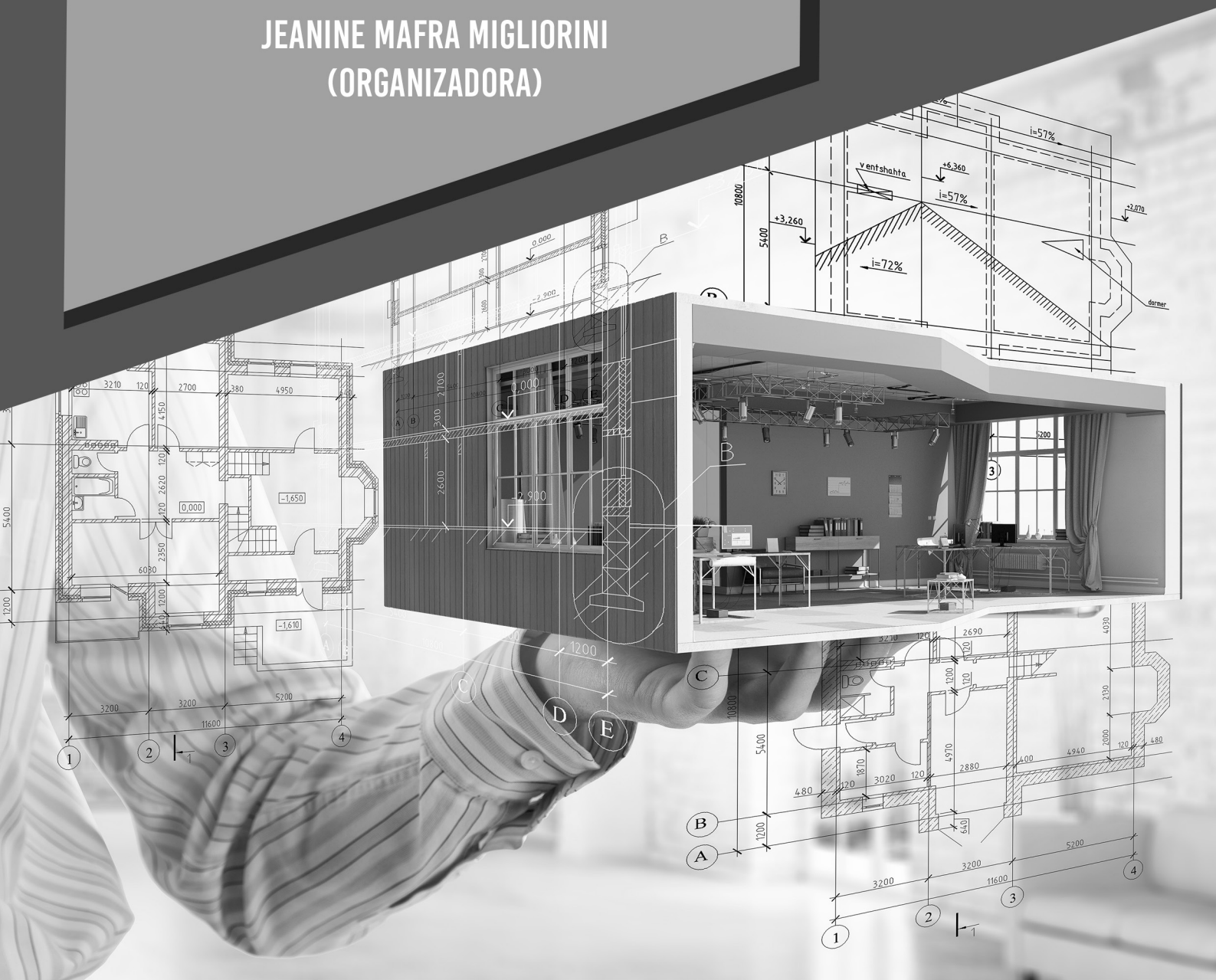
ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Edição de Arte

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay

Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA

Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: abordagem abrangente e polivalente

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : abordagem abrangente e polivalente 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-195-4

DOI 10.22533/at.ed.954202407

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Ao estudar e escrever sobre arquitetura nos deparamos com um universo que vai além da ciência, essa realidade abrange acima de tudo o social, uma vez que a arquitetura é feita para o homem exercer seu direito ao espaço, da maneira mais confortável possível. O conceito do que é exatamente esse conforto muda significativamente com o passar dos tempos. Novas realidades, novos contextos, novas tecnologias, enfim, uma nova sociedade que exige transformações no seu espaço de viver.

Algumas dessas transformações acontecem pela necessidade humana, outras, cada vez mais evidentes, pela necessidade ambiental. Um planeta que precisa ser habitado com consciência, de que nossas ações sobre o espaço possuem consequências diretas sobre nosso dia a dia. Esta discussão é necessária e urgente, nossos modos de construir, de ocupar devem estar em consonância com o que o meio tem a nos oferecer, sem prejuízo para as futuras gerações.

As discussões sobre essa sustentabilidade vão desde o destino e uso das edificações mais antigas, que são parte de nosso patrimônio e são também produto que pode gerar impactos ambientais negativos se não bem utilizados; do desaparecimento ou a luta pela manutenção da arquitetura vernacular, que respeita o meio ambiente, à aplicação de novas tecnologias em prol de construções social e ecologicamente corretas.

Não ficam de fora as abordagens urbanas: da cidade viva, democrática, sustentável, mais preocupada com o bem estar do cidadão, dos seus espaços de vivência, de permanência e a forma como essas relações se instalam e se concretizam, com novas visões do urbano.

Para tratar dessas e outras tantas questões este livro foi dividido em dois volumes, tendo o primeiro o foco na arquitetura, no espaço construído e o segundo no urbano, nos grandes espaços de viver, na malha que recebe a arquitetura.

No primeiro volume um percurso que se inicia na história, nos espaços já vividos. Na sequência abordam as questões tão pertinentes da sustentabilidade, para finalizar apresentando novas formas de produzir esse espaço e seus elementos, com qualidade e atendendo a nova realidade que vivemos.

No segundo volume os espaços verdes, áreas públicas, iniciam o livro, que passa por discussões acerca de espaços já consolidados e suas transformações, pela discussão sobre a morfologia urbana e de estratégias possíveis de intervenção nesses espaços, também em busca da sustentabilidade ambiental e social.

Todas as discussões acabam por abordar, na sua essência o fazer com qualidade, com respeito, com consciência, essa deve ser a premissa de qualquer estudo que envolva a arquitetura e os espaços do viver.

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL PAULISTA	
Isabella Silva de Serro Azul Gabriela Sayuri Durante Samuel Bertrand Melo Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.9542024071	
CAPÍTULO 2	13
ANÁLISE MORFOLÓGICA DE PADRÕES ESPACIAIS DA VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, MG, COMO SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE	
Leandro Letti da Silva Araújo Evandro Ziggiatti Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.9542024072	
CAPÍTULO 3	30
EVOLUCIÓN DE LAS TIPOLOGÍAS DE ESPACIOS VERDES PÚBLICOS EN EL PAISAJE URBANO. RESCATE DE LA MEMORIA VEGETAL EN VALPARAÍSO	
Cristóbal Cox Bordalí Constanza Jara Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.9542024073	
CAPÍTULO 4	63
ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM IRUPI-ES: UMA ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DOS BAIROS CAROLINO BARBOSA E JOÃO BUTICA	
Eduardo Machado da Silva Wagner de Azêvedo Dornellas	
DOI 10.22533/at.ed.9542024074	
CAPÍTULO 5	88
PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE MORFO-ESPACIAL DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO EM CIDADES DE MÉDIO PORTE NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
trícia Caroline da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.9542024075	
CAPÍTULO 6	102
ENTRE BELÉM/PA E RECIFE/PE, TERRITÓRIOS DESENHADOS EM PROCESSOS RESTRITIVOS, PERMISSIVOS, OCULTOS E PACTUADOS À LEGISLAÇÃO URBANO AMBIENTAL	
Ramon Fortunato Gomes Ricardo Batista Bitencourt	
DOI 10.22533/at.ed.9542024076	
CAPÍTULO 7	116
PROJETO E PLANEJAMENTO URBANOS FRENTE AOS PARADIGMAS ECOLÓGICOS DA AGRICULTURA URBANA	
Bruno Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9542024077	

CAPÍTULO 8	129
A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DE 1532 A 1930	
Hilmar Diniz Paiva Filho Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.9542024078	
CAPÍTULO 9	145
PATRONES DE LOCALIZACIÓN E INSTALACIÓN DE INFRAESTRUCTURA RELIGIOSA CATÓLICA EN SANTIAGO DE CHILE. 1850 – 1950	
Mirtha Pallarés-Torres Maria Eugenia Pallarés-Torres Jing Chang Lou	
DOI 10.22533/at.ed.9542024079	
CAPÍTULO 10	159
ESTUDO DE UM FRAGMENTO URBANO: O BAIRRO-JARDIM CHÁCARA FLORA, SÃO PAULO	
Luciana Monzillo de Oliveira Maria Pronin	
DOI 10.22533/at.ed.95420240710	
CAPÍTULO 11	175
MARCAS E MATRIZES DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ALTO DA BOA VISTA, RIO DE JANEIRO	
Leonardo Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240711	
CAPÍTULO 12	187
CEAGESP: RECONVERSÃO E PROJETO URBANO?	
Bárbara Pereira Baptista Nadia Somekh	
DOI 10.22533/at.ed.95420240712	
CAPÍTULO 13	203
A EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS SOBRE A CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE UMA CENTRALIDADE LINEAR: AVENIDA REBOUÇAS, EM SÃO PAULO	
Maria Pronin Luciana Monzillo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240713	
CAPÍTULO 14	219
AFINAL, O QUE SÃO ECOVILAS? EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	
Juliana Viégas de Lima Valverde	
DOI 10.22533/at.ed.95420240714	
CAPÍTULO 15	233
ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARTICIPATIVO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	
Júlio Barretto Gadelha Tomaz Amaral Lotufo	
DOI 10.22533/at.ed.95420240715	

CAPÍTULO 16	267
MOBILIDADE ATIVA E CAMINHABILIDADE: ENSAIO PROJETUAL NA AV. JAIR DE ANDRADE	
Mateus Marcarini Zon	
Larissa Leticia Andara Ramos	
Laura Lopes Akel	
Natália Brisa do Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.95420240716	
CAPÍTULO 17	279
PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS: ESTUDO, ANÁLISE E IMPACTO DE AÇÕES TÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO	
Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.95420240717	
CAPÍTULO 18	296
GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO EM TEMPOS DE DISSENSO	
Andre Reis Balsini	
DOI 10.22533/at.ed.95420240718	
SOBRE A ORGANIZADORA	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

ESTUDO DE UM FRAGMENTO URBANO: O BAIRRO-JARDIM CHÁCARA FLORA, SÃO PAULO

Data de aceite: 05/07/2020

Data de submissão: 06/05/2020

Luciana Monzillo de Oliveira

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/4466485917049814>

Maria Pronin

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/6055077332037143>

Texto publicado originalmente nos Anais da Conferência PNUM 2019 – Forma Urbana e Natureza, realizada em Maringá entre os dias 21 e 23 de agosto de 2019.

RESUMO: Nas grandes cidades brasileiras o tecido urbano é composto por uma conjunção de fragmentos com diferentes padrões morfológicos que se conformaram em distintos momentos de ocupação do território no qual está inserido. O objeto do presente estudo é o Condomínio Chácara Flora, enclausurado e apartado do contexto urbano no qual se insere, com área aproximada de 900.000 metros quadrados, loteado em 1924. Está localizado na

porção sul do Município de São Paulo, próximo ao Largo 13 de Maio. O objetivo da pesquisa é explicar a origem e a permanência de um fragmento do tecido urbano, conformado dentro de determinados princípios de Cidade–Jardim, elaborados por Ebenezer Howard (Ottoni, 1996). A investigação utiliza do estudo cognitivo de morfologia urbana, e a metodologia da pesquisa apresentada faz uso de duas abordagens que se aproximam da escola inglesa de morfologia urbana, a saber, a reconstituição do contexto histórico do período de conformação do fragmento urbano e a análise da forma urbana contemplando as questões referentes à implantação no solo urbano, que são: o traçado das vias e das quadras, a divisão dos lotes e a ocupação das edificações dentro dos lotes. Espera-se que os resultados obtidos auxiliem o reconhecimento da relevância da compreensão da gênese dos fragmentos urbanos, com seus diferentes padrões morfológicos, como meio de contribuir para a leitura do cenário atual e contemporâneo da morfologia urbana das cidades, principalmente de grande e médio porte.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade-jardim; Santo Amaro; Morfologia urbana; Chácara-Flora.

STUDY OF AN URBAN FRAGMENT: THE CHÁCARA FLORA GARDEN GATED COMMUNITY, SÃO PAULO

ABSTRACT: In large Brazilian cities, the urban fabric is composed by a conjunction of fragments with different morphological patterns that have been conformed at different occupations of the territory in which it is inserted. The current study object is the Chácara Flora Complex, enclosed and separated from the urban context in which it is inserted, with an approximate area of 900.000 square meters, subdivided in 1924. It is located in the southern portion of the Municipality of São Paulo, close to Largo 13 de Maio. The research goal is to explain the origin and the permanence of a fragment of the urban fabric, conformed according to certain Garden City principles elaborated by Ebenezer Howard (Ottoni, 1996). The investigation uses the cognitive study of urban morphology, and the research methodology presented uses two approaches that are similar to the English school of urban morphology, namely, the historical context reconstruction of the conformation period of the urban fragment, and the analysis of urban form contemplating the issues related to the urban soil implantation, which are: the layout of roads and blocks, the division of the plots and the building occupation inside the plots. It is hoped that the obtained results will help recognizing the relevance of understanding the genesis of urban fragments, with their different morphological patterns, as a way of contributing to the reading of the current and contemporary scenario of urban morphology in cities, especially large and medium-sized ones.

KEYWORDS: Garden City; Santo Amaro; urban morphology; Chácara-Flora

1 | INTRODUÇÃO

O tecido urbano das grandes cidades brasileiras é composto por uma conjunção de fragmentos conformados em diferentes momentos de ocupação do território no qual está inserido. De acordo com Panerai (2006) o tecido urbano corresponde a escala intermediária dos elementos constitutivos das cidades e compreende a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações, com suas diferentes tipologias. Reconhecer a formação dos diferentes fragmentos urbanos, a partir da sua reconstituição histórica e análise de sua forma urbana tem por objetivo contribuir para a compreensão da morfologia urbana das cidades, principalmente de grande e médio porte.

A pesquisa utiliza do estudo cognitivo de morfologia urbana para explicar a origem e a permanência de um fragmento conformado dentro dos princípios de cidade-jardim (HOWARD, 1996), mas enclausurado e apartado do contexto urbano no qual está inserido. O objeto de análise é o condomínio Chácara Flora, que tem área aproximada de 900 mil metros quadrados, foi loteada em 1924, e está localizado na porção sul do município de São Paulo, próximo ao Largo 13 de Maio, na Prefeitura Regional de Santo Amaro.

Rego e Meneguetti (2011) esclarecem que as pesquisas de morfologia urbana podem ser divididas em estudos cognitivos e normativos, conforme denominados por Gauthier e

Gilliland (2006). Os estudos cognitivos procuram encontrar as origens e explicações para a forma urbana, enquanto os estudos normativos vão além, buscando prescrever as diretrizes para o planejamento e construção das cidades. Rego e Meneguetti (2011) destacam que a diferença de abordagem é uma das características que permite compreender as diferenças metodológicas entre as escolas inglesa e italiana de morfologia urbana. A escola inglesa, liderada pelos estudos do geógrafo M. R. G. Conzen segue a linha cognitiva, e a escola italiana, por sua vez, baseada nas ideias do arquiteto Saverio Muratori e por Gianfranco Caniggia, tem uma abordagem normativa e prescritiva.

Costa e Netto (2015) concordam com essa diferenciação entre as duas escolas e apontam que a escola inglesa tem como objetivo estabelecer uma teoria sobre a construção do território urbano, a partir das transformações ocorridas; e a escola italiana, por sua vez, investiga o estudo da forma urbana como um modelo projetual para ser utilizado no desenho e projeto urbano.

A pesquisa aqui apresentada emprega duas abordagens que se aproximam da escola inglesa de morfologia urbana: a reconstituição do contexto histórico do período de conformação de um fragmento urbano; e a análise da forma urbana contemplando as questões referentes a implantação no solo urbano: o traçado das vias e das quadras, a divisão dos lotes e a ocupação das edificações dentro dos lotes.

2 | O ANTIGO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO

A Revolução Industrial imprimiu marcas nas cidades europeias que, no decorrer do século XIX, viram sua população crescer deixando o campo à procura de trabalho em centros urbanos e passou a viver em ruas estreitas onde habitações eram construídas precariamente, com pouca luz e mal ventiladas. Em Londres e demais cidades onde se instalaram fábricas, operários estavam convivendo com graves problemas de higiene, poluição do ar e das águas e consequentes surtos de cólera e outras epidemias. Dácio Ottoni (1996) relata que por causa desse êxodo rural, o total da população urbana inglesa chegou a 75% m 1852.

Essas questões despertaram a preocupação de muitos pensadores, de forma que no fim do século na Inglaterra, havia duas visões opostas em relação aos problemas sociais: a dos socialistas, que acreditavam que a geração e a distribuição de riquezas tinham que ser realizadas pela comunidade e a dos individualistas, que privilegiavam a realização sobretudo do próprio indivíduo.

Ebenezer Howard, através de suas ideias, realizou uma síntese desses dois pensamentos que estavam em conflito, escrevendo um livro em 1898: “Tomorrow a peaceful path to real reform”, publicando-o de novo após uma revisão em 1902, com o título de “Garden cities of tomorrow”. Não sendo nem arquiteto nem urbanista, nesse livro ele propôs um esquema de cidade ideal com as vantagens do campo e da cidade, evitando

ao mesmo tempo as desvantagens de ambos, demonstrando isso através de diagramas. Valorizar o campo tem sido uma tradição inglesa e incompatível com a baixa qualidade de vida nos bairros operários das cidades inglesas da época. Assim, ele conseguiu propor uma nova alternativa intermediária para essas questões, combinando a intensidade da vida urbana com a beleza e os prazeres da vida no campo (HOWARD, 1996).

Os ideais humanistas de Ebenezer Howard e que ele conseguiu concretizar com a construção de duas Cidades-Jardins, a Letchworth e, logo depois, a Welwyn, eram: construir cidades novas com indústrias e vida própria, evitando o paternalismo tanto de entidades privadas quanto do próprio Estado; habitações com áreas verdes e acesso fácil ao trabalho ao campo e ao centro; qualidade ambiental do conjunto com cinturão verde e agrícola além de casas para os trabalhadores de baixo custo.

A primeira Cidade-Jardim foi viabilizada com a compra de um terreno através da companhia “The Garden City Pioneer Company Ltd” em 1902, sendo que o plano de implantação urbana ficou a cargo dos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker, vencedores do concurso. O espaço livre verde e o desenho aberto são características importantes, permitindo a integração do campo com a cidade.

A segunda Cidade-Jardim, Welwyn, a quinze quilômetros da primeira, foi projetada por Louis de Soissons seguindo o critério de residências sem muros com áreas verdes e dando importância à topografia e as árvores existentes. O êxito do seu centro comercial foi importante não só para a cidade, mas para toda a região e incluindo Londres (OTTONI, 1996).

O modelo de desenho urbano e de arquitetura presentes nas primeiras experiências concretizadas na Inglaterra foi bem aceito a ponto de influenciar outros empreendimentos na primeira metade do século XX, em diferentes locais do mundo, apesar da ausência do caráter utópico que as ideias howardianas apresentavam. Mais precisamente, foi o modelo de Subúrbio-Jardim que passou a ser implantado com sucesso e já estava presente em Hampstead, nas proximidades de Londres, projetado por Parker e Unwin logo em seguida à Letchworth. A principal diferença entre os dois conceitos de Cidade-Jardim e Subúrbio-Jardim reside no fato de que no primeiro caso pretendeu-se um núcleo autônomo com planejamento que tem em vista o interesse social e a união da cidade e do campo num único todo orgânico. Já no segundo, trata-se tão somente de uma extensão de terras que mantém dependência da cidade e pode ou não ser conectada ao seu tecido urbano (WOLFF, 2015).

Os subúrbios residenciais se estabeleceram na primeira metade do século XX na América do Norte e em cidades europeias em função da carência de habitações para classes mais pobres e com o aumento de classes médias. A partir do modelo inglês se desenvolveram outros subúrbios ajardinados com arborização presente nas ruas em curva, com arquitetura integrada à paisagem porém com algumas características diferenciadas. Enquanto no modelo inglês as casas eram geminadas e configuravam longos conjuntos

de fachadas iguais, no padrão norte-americano prevaleceu a característica de residências isoladas e tipologias diferenciadas, sendo que este último foi o adotado em São Paulo, no primeiro bairro-jardim, que recebeu o nome de Jardim América. (WOLFF, 2015).

O empreendimento foi viabilizado a partir da criação da companhia "The City of São Paulo Improvements and Freehold Company Ltd"., em 1913, sendo que o primeiro Bairro-Jardim foi projetado por Barry Parker, a partir de esboços elaborados ainda em Londres por ele em parceria com Raymond Unwin. Tendo como modelo o Subúrbio-Jardim, com alguma infraestrutura e contrariando os ideais de Howard, esse empreendimento imobiliário, de caráter comercial, teve como objetivo desde o princípio lotear e vender terrenos para a construção de residências para a classe média e alta paulistana. Contudo, o desenho urbano do loteamento e a arquitetura nele proposta buscavam, como nos demais trabalhos do arquiteto, um alto nível de soluções de projeto arquitetônico e de qualidade ambiental.

Os primeiros loteamentos que foram abertos fora do núcleo urbano de São Paulo no final do século XIX tiveram origem em antigas chácaras e dando lugar dessa forma à Vila Buarque, Avenida Paulista e Higienópolis (SEGAWA, 2000).

A Companhia City em São Paulo está ligada ao projeto de reestruturação do Vale do Anhangabaú e a Joseph Bouvard arquiteto francês que defendia conceitos de urbanismo europeu da época e que foi convidado a apresentar seu projeto quando de passagem por aqui. Ciente do potencial imobiliário dos terrenos nas proximidades das novas centralidades que se formavam no início do século XX, influenciou o banqueiro belga Edoard Fontaine de Leveleye a adquirir 1200 hectares que deram origem ao bairro e que, por sua vez, revendeu para a City de São Paulo que tinha como diretores o próprio Bouvard, o ex-presidente Campos Sales, Lord Belfour, governador geral do Banco da Escócia e presidente da São Paulo Railway Company e outros importantes nomes. Após a primeira guerra, a construção teve novo impulso e outros empreendimentos com traçado semelhante e também destinados às classes mais abastadas tiveram lugar na década de 1920, o Jardim Europa, o City Pacaembu e o City Lapa. Mais tarde, empreendimentos imobiliários residenciais com características semelhantes foram planejados em outras cidades brasileiras seguindo o mesmo padrão de ruas sinuosas e presença de vegetação, integrando o espaço público à arquitetura, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Goiânia, todos na década de 1930 (OTTONI, 1996).

O desenho original de Parker e Unwin para o Jardim América foi elaborado a partir de um anterior de autoria desconhecida, com ruas retas, cruzamentos perpendiculares e diagonais com alguns edifícios públicos nos dois centros simétricos. Os principais eixos eram a rua Colômbia e a avenida que foi prevista e passou a se chamar Brasil, perpendicular àquela, tendo como limites superiores e inferiores paralelos a Estados Unidos e a Groenlândia e laterais, terrenos. Segundo Sílvia Wolf (2015), os arquitetos mantiveram os eixos das vias principais e a integração com a cidade e a centralidade da

praça. O desenho das ruas passou a ser orgânico com jardins integrados às edificações. O interior das quadras foi proposto para uso privativo das residências do entorno (Figura 1).

A partir de 1917, Barry Parker foi contratado para vir pessoalmente e permaneceu por dois anos acompanhando as obras. Logo de início, reviu a questão das quadras privativas, abrindo passagens para os pedestres e criando assim um espaço que ele denominou de semipúblico, assim como propondo lotes sem a demarcação dos limites por muros ou cercas, o que já era bem comum na América do Norte. Sem mais interesse pelo social, a sua proposta tinha por objetivo o sucesso comercial, porém mantendo qualidade urbanística e o caráter estético.

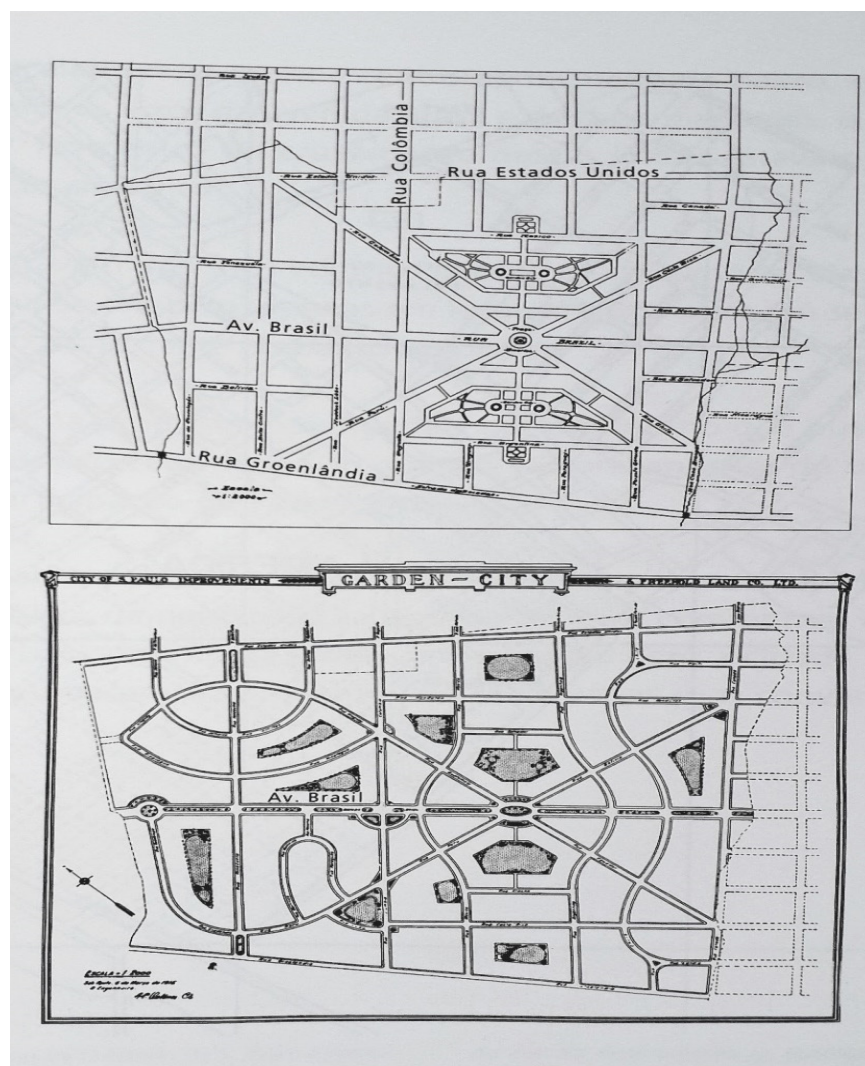


Figura 1. Acima, o primeiro plano idealizado para o Jardim América, de autoria desconhecida e feito anteriormente ao ano de 1913. Abaixo, o primeiro plano proposto por Parker e Unwin para o loteamento.

Fonte: WOLFF, 2015, p. 138.

Após a concretização do bairro e com a venda de lotes em 1919, algumas alterações tiveram lugar, tais como ampliações com a compra de terrenos vizinhos e anexação dos mesmos. A mais significativa foi a do retalhamento dos jardins internos que ocorreu entre

1931 e 1935. Havia dificuldade em definir a responsabilidade pela manutenção das verdes áreas comuns que se localizavam no miolo das quadras, a City resolveu loteá-las criando com isso um número grande de novos lotes menores (Figura 2). A última redefinição ocorreu com a abertura da Avenida 9 de julho no lugar da rua Chile. Outra questão que não foi aceita pelos moradores foi a ausência de demarcação de limites dos lotes que passaram a ostentar muros, bem a gosto da tradição cultural do país (WOLFF, 2015).

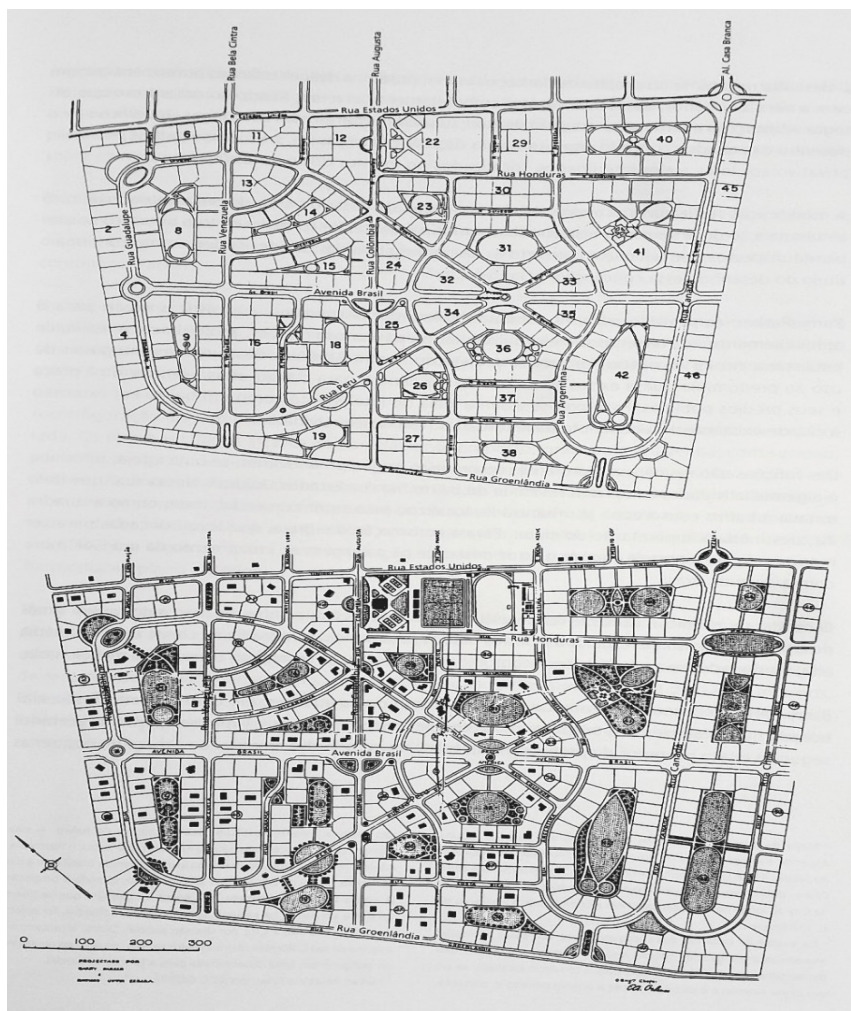


Figura 2. Acima, a implantação desenhada por Barry Parker para o folheto de vendas do Jardim América, em 1919. Abaixo, o plano do loteamento com a incorporação de novas porções de terras adquiridas.

Fonte: WOLFF, 2015, p. 139.

3 | O ANTIGO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO

A Chácara Flora está localizada na Prefeitura Regional de Santo Amaro, na cidade de São Paulo, mas na data de sua fundação (1925), Santo Amaro era um município autônomo, uma vez que a região nasceu como um aldeamento independente da capital paulista.

A data oficial de fundação de Santo Amaro é 15 de janeiro de 1552, dois anos antes

da fundação do Colégio de São Paulo, no Campo de Piratininga, em 25 de janeiro de 1554. O dia 15 de janeiro de 1585 é a data do falecimento do Santo Amaro, nascido na Itália em 1513, e que tornou-se o padroeiro dos carroceiros, carregadores e fabricantes de vela.

A fundação do núcleo de Santo Amaro faz parte do processo de evangelização e educação dos nativos na região da parte superior da Serra do Mar. Após a fundação de São Vicente em 1534, na região litorânea da capitania, a Coroa Portuguesa fez um acordo com a Companhia de Jesus para ocupação do planalto, o que incentivou o surgimento de diferentes aldeamentos, acessíveis pelos rios Pinheiros e Tietê, e que hoje correspondem à localização dos bairros de Pinheiros, Embú, Itapecerica da Serra e o próprio Santo Amaro, inicialmente denominado de Ibirapuera.

No ano de 1560, os jesuítas tomaram posse oficial das terras desta área, com o apoio das autoridades civis e ergueram uma capela que abrigou a imagem de madeira de Santo Amaro, doada pelo casal João Paes e Suzana Rodrigues, que são homenageados com nomes de ruas no núcleo central da região até os dias atuais. Em 1686, Santo Amaro tornou-se paróquia, e em 10 de julho de 1832, a partir de um Decreto da Regência de D. Pedro II, a região é elevada à categoria de Vila de Santo Amaro.

Nesse período de início do século XIX, Santo Amaro tinha apenas três ou quatro ruas embrionárias que partiam do centro irradiador do pátio da igreja matriz, rodeado por chácaras de pequenos produtores. Para povoar e adensar as freguesias, D. Pedro I incentivou a vinda de colonos para o Brasil, e a vila de Santo Amaro recebeu 94 famílias alemãs, que introduziram a cultura da batata na região. A produção prosperou e se diversificou, e por volta de 1850, Santo Amaro era considerado um importante produtor e fornecedor de alimentos para a capital, São Paulo (BERARDI, 1981).

Para facilitar o transporte de mercadorias e promover o comércio entre a vila e a capital, foi construída e inaugurada em 14 de março de 1886 uma ferrovia para trens a vapor, pela Companhia Carris de Ferro São Paulo – Santo Amaro. O percurso iniciava-se na Vila Mariana, bairro próximo à região central de São Paulo, e o ponto final era na Praça Santa Cruz, próxima ao atual Largo Treze de Maio.

Além da colônia alemã, o aumento da população de Santo Amaro foi decorrência também da vinda de imigrantes italianos, russos, húngaros, ingleses, americanos, portugueses, sírios, turcos, judeus, espanhóis e japoneses e ainda pelas migrações internas, principalmente dos estados do Nordeste e de Minas Gerais, atraídos pelos preços mais baixos de aluguel de moradia, quando comparado com os preços praticados em São Paulo.

Para atender ao crescimento demográfico, concomitantemente ao aumento dos impostos territoriais sobre as grandes áreas das chácaras e sítios, proliferou o surgimento de novos loteamentos, muitos deles com traçado de ruas uniformes e quarteirões retangulares, como a Chácara Santo Antônio, Brooklyn Paulista e Granja Julieta.

Inicialmente a função principal do município de Santo Amaro estava relacionada com o comércio de produtos produzidos na porção sul da vila e o núcleo urbano funcionava como um entreposto comercial.

A construção da Represa de Guarapiranga pela empresa São Paulo Light and Power, teve início em 1907, com a finalidade de regularizar a vazão das águas do rio Tietê e garantir o funcionamento da usina de Santana do Parnaíba, que também era propriedade da empresa.

Poucos anos depois, Asa White Kennedy Billings, então engenheiro da empresa São Paulo Light and Power, propôs represar afluentes do rio Pinheiros e criar um novo lago, que permitiu a produção de energia elétrica através do lançamento das águas da represa, sobre as turbinas da Usina de Cubatão, localizada aproximadamente 800 metros abaixo.

Após a construção dos reservatórios da Represa de Guarapiranga (1907) e Billings (1925), e do Autódromo de Interlagos (1940), Santo Amaro despontou também como uma opção de lazer e multiplicaram-se as chácaras de recreio, casas de veraneio, clubes náuticos e o comércio voltado para a diversão. Ao redor da represa de Guarapiranga e das auto-estradas surgiram loteamentos residenciais como a Riviera Paulista e Mar Paulista.

Santo Amaro foi um município independente até 22 de fevereiro de 1935, quando o interventor Federal no Estado de São Paulo, Armando de Sales Oliveira assinou o Decreto n. 6.983 (SÃO PAULO, Estado, 1935), de extinção do município de Santo Amaro e sua anexação à Capital. Nas considerações iniciais que justificam a integração dos municípios, constam entre outros, os seguintes motivos:

Considerando que, dentro do plano geral de urbanismo da cidade de São Paulo, o município de Santo Amaro está destinado a constituir um dos seus mais atraentes centros de recreio;

[...] considerando, ainda, que o Estado não só se dispõe a incrementar, em Santo Amaro, a construção de hotéis e estabelecimentos balneares que permitam o funcionamento de casinos, como também já destinou verba para melhorar as estradas de rodagem que servem aquela localidade, facilitando-lhe todos os meios de comunicação, rápida e eficiente, com o centro urbano. (SÃO PAULO, Estado, 1935, s/p).

Dentro desse panorama histórico, é relevante observar que foi no período de meados da década de 1920, quando Santo Amaro conquistou sua vocação como local de veraneio, esporte e lazer, que surgiu o empreendimento Chácara Flora, como um local com qualidades ambientais e paisagísticas para a construção de residências para a elite e empresários da região e da capital, em busca de refúgio e tranquilidade. O empreendimento teve suas vendas de lotes intensificadas entre os anos de 1930 e 1950, em função das melhorias de infraestrutura de transporte entre Santo Amaro e São Paulo.

4 | O CONDOMÍNIO CHÁCARA FLORA

No final do século XIX e início do século XX, o estado de São Paulo passou por grandes transformações econômicas. Inicialmente, destacando-se como um importante produtor de café e após a queda dos preços de comercialização do produto no mercado internacional, a região sofreu uma grande crise econômica. Mas a cidade de São Paulo, capital do estado, continuou prosperando e crescendo em ritmo acelerado, com o desenvolvimento da indústria, o que atraiu grande fluxo populacional e entre eles, novos empresários, engenheiros e profissionais estrangeiros que migraram para a cidade para investir e trabalhar.

Entre os estrangeiros estava Francisco Nemitz, empresário de origem alemã, que veio para o Brasil para trabalhar e fixar residência na cidade de São Paulo, em 1880. Ele havia trabalhado na Europa como jardineiro oficial no Palácio de Sanssouci, na cidade de Potsdam, próximo de Berlim, no período do reinado de Guilherme I (1797-1888) e que após a unificação alemã, foi o primeiro chefe de estado do Império Alemão. O Palácio Sanssouci foi construído como residência de verão do Rei da Prússia, Frederico II, o Grande (1712-1786).

Nemitz comprou duas glebas de terra: uma em Santo Amaro, com o objetivo de cultivar flores, principalmente cravos e rosas para abastecer os jardins residenciais das famílias de classe mais abastadas de São Paulo; e outra gleba ficava ao lado do rio Tamanduateí, no Vale do Anhangabaú, para o plantio de copos-de-leite, aspargos e mudas de pinheiros para enfeitar na época do Natal (LEFFINGWELL, 2003).

Em 1911, Nemitz adquiriu 968.000 metros quadrados de terra em Santo Amaro, ao qual nomeou de Chácara Flora, e onde desenvolveu um viveiro de mudas de diferentes espécies de pinheiros, árvores frutíferas, roseiras, azaleias, camélias, entre outros. Nemitz também investiu na infraestrutura do local, providenciando a instalação de energia elétrica e rede de serviço telefônico.

Para comercializar a produção de mudas de espécies diversificadas que empreendeu em suas terras, Francisco Nemitz abriu uma floricultura, a Loja Flora, na rua São Bento, no centro de São Paulo, que depois foi transferida para a praça Antônio Prado, número 9. Em seguida abriu uma nova loja no número 100 da Rua Domingos de Moraes, na Vila Mariana (LAEMMERT, 1914).

Conforme já descrito anteriormente, no começo do século XX, Santo Amaro despontava como um local de lazer para os empresários e moradores da capital, impulsionada pela inauguração da represa Guarapiranga e da represa Billings, e aproveitando-se deste momento, surge o empreendimento da Chácara Flora, como uma opção para implantação de residências para a elite paulistana, e principalmente para a comunidade empresarial internacional.

Em 1924, a Chácara Flora foi vendida para a empresa Dowe, Goulart & Cia Ltda,

formada pelos sócios Paulo Goulart, Alfredo Stanley Dowe e Drury Albert McMillen. O objetivo dos sócios era transformar o local em um condomínio fechado para ser vendido em lotes para construções de casas para o descanso de final de semana dos prósperos empresários de São Paulo.

Segundo Leffingwell (2003), Drury Albert McMillen (1888-1960), americano de ascendência escocesa que saiu de Saint Louis, Missouri, e veio morar no Brasil em 1915, foi o responsável pela demarcação do traçado das ruas e dos lotes do novo condomínio, estabelecendo alguns portões de acesso em seu perímetro. Em 1925 Drury McMillen construiu sua residência na Chácara Flora, uma das primeiras que foram erguidas na área, ao lado do viveiro de mudas de Nemitz (Figura 3). Entre os primeiros compradores de lotes do condomínio, havia diretores de corporações americanas com filiais instaladas no Brasil, como Johnson & Johnson, Anderson Clayton e o First National City Bank, e importantes nomes de famílias alemãs da época, como os Werner Sacks, Mangels, Otto Bromberg, Hoffman e Daegner. Entre os compradores paulistanos estavam Paulo Alves Monteiro, Luiz Santos Dumont, Caio da Silva Prado, João Magalhães Hafers, Gabriel Penteado, Domingos da Costa Muniz, Antônio Carlos Conceição, Joaquim Bento Alves Lima e Renato Marelli (LEFFINGWELL, 2003).



Figura 3. Foto de 1925, com a residência de Drury McMillen, construída ao lado do viveiro de mudas do antigo proprietário das terras da Chácara Flora, Francisco Nemitz.

Fonte: LEFFINGWELL, 2003, p. 24.

5 | ESTUDO DA FORMA URBANA DA CHÁCARA FLORA

A área do condomínio Chácara Flora está contida na microbacia do Córrego Cordeiro, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Pinheiros. No condomínio há três lagoas e três

córregos que desaguam no Córrego do Cordeiro que fica ao norte da área. O desenho do sistema viário com formato irregular e curvilíneo foi traçado acompanhando a declividade do terreno em direção ao norte. Três ruas, Rua Angra dos Reis, Rua Canaã e Rua dos Alcatrazes, estão assentadas sobre o sistema de drenagem dos veios de água (Figura 4).

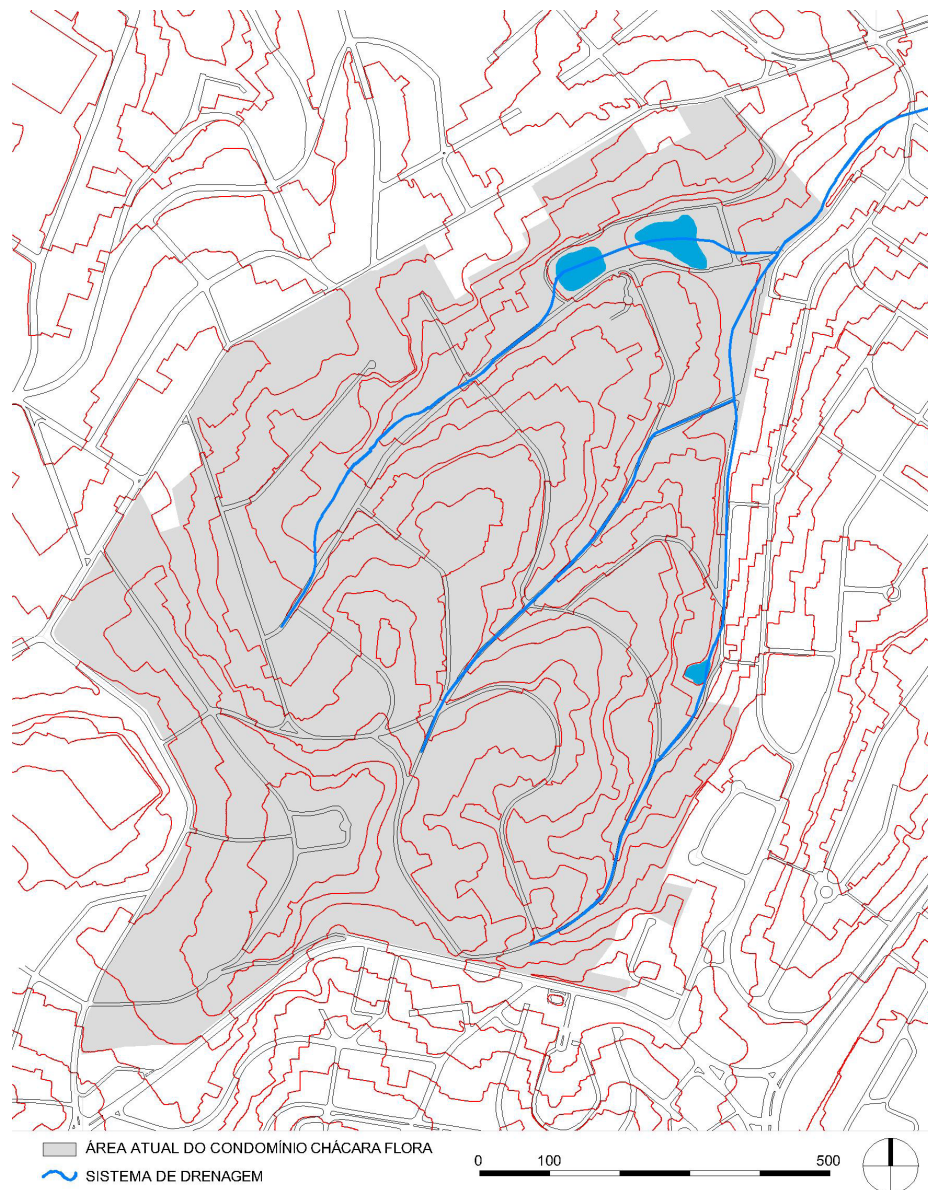


Figura 4. Mapa do condomínio Chácara Flora, com indicação do arruamento, da hidrografia da região e as curvas de nível a cada 5 metros.

Fonte – Elaborado a partir do Sistema Geosampa, 2018.

Atualmente a área que compreende o condomínio Chácara Flora é de 871.100 metros quadrados, uma vez que alguns lotes que se situam nas extremidades, estão com acesso pelas ruas lindeiras.

A partir do levantamento realizado sobre os dados disponíveis no Croquis Fiscal de cada lote, no sistema Geosampa da Prefeitura de São Paulo (GEOSAMPA, 2018), foi possível verificar que atualmente o condomínio tem 200 lotes distribuídos em 19 quadras e 15 ruas calçadas em sua maioria com paralelepípedos: Tombadouro, Angra dos Reis,

Maguari, dos Alcatrazes, Canaã, Ana Alves de Carvalho e Castro, Recanto, Dez de Novembro, Pirapetinga, Junqueira, Mairoly Plesmann, Utinga, Adamantina, Dr. Fernando Jorge Mendes e Prof^a. Lucinda Alves de Carvalho. Do total de 200 lotes, 178 possuem construções, e os restantes 22 lotes estão vagos (Figura 5).

A média de área dos lotes é de 3.880 metros quadrados, sendo que os dois maiores lotes possuem 17.049 e 12.559 metros quadrados. Os menores lotes possuem 510 e 768 metros quadrados, mas constituem-se como exceções no conjunto. Trata-se de um condomínio fechado e murado e exclusivamente de residências unifamiliares.

Algumas das residências do condomínio são exemplares significativos do repertório projetual de importantes nomes do cenário arquitetônico paulistano composto por arquitetos como: Lucjan Korngold, Jon Maitrejan, Victor Reif, Oswaldo Arthur Bratke, Eduardo Longo, Paulo Mendes da Rocha, Ibsen Pivatelli, Giancarlo Palanti, Vasco Lopes, Arthur de Matos Casas, escritório Konisberger & Vanucci, e escritório Botti Rubin.

O padrão urbanístico implantado na Chácara Flora vincula-se a alguns parâmetros relacionados aos conceitos de cidade-jardim e subúrbio-jardim. O subúrbio existe na história das cidades desde a Antiguidade, como um local de refúgio afastado da vida urbana. Já o subúrbio-jardim apareceu com força no século XIX, em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, espalhando-se pelos territórios e impulsionados pelas linhas de transporte coletivo.

No Brasil, os parâmetros urbanísticos do bairro-jardim e do subúrbio-jardim despontaram com os projetos da empresa City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, ou simplesmente Cia. City, para os bairros do Jardim América (1913), Alto da Lapa (1921), Pacaembu (1925), Alto de Pinheiros (1925) e Butantã (1935). De acordo com Wolff (2015) estes bairros pertencem à categoria de empreendimento imobiliário comercial, pois se conformaram como loteamentos para venda de terrenos para a classe média e alta.

O padrão de urbanismo em ambos os casos compreende o traçado de ruas sinuosas e arborizadas, com integração entre áreas verdes e edificações, e modelos de casas inspiradas em ancestrais vilas suburbanas (WOLFF, 2015).

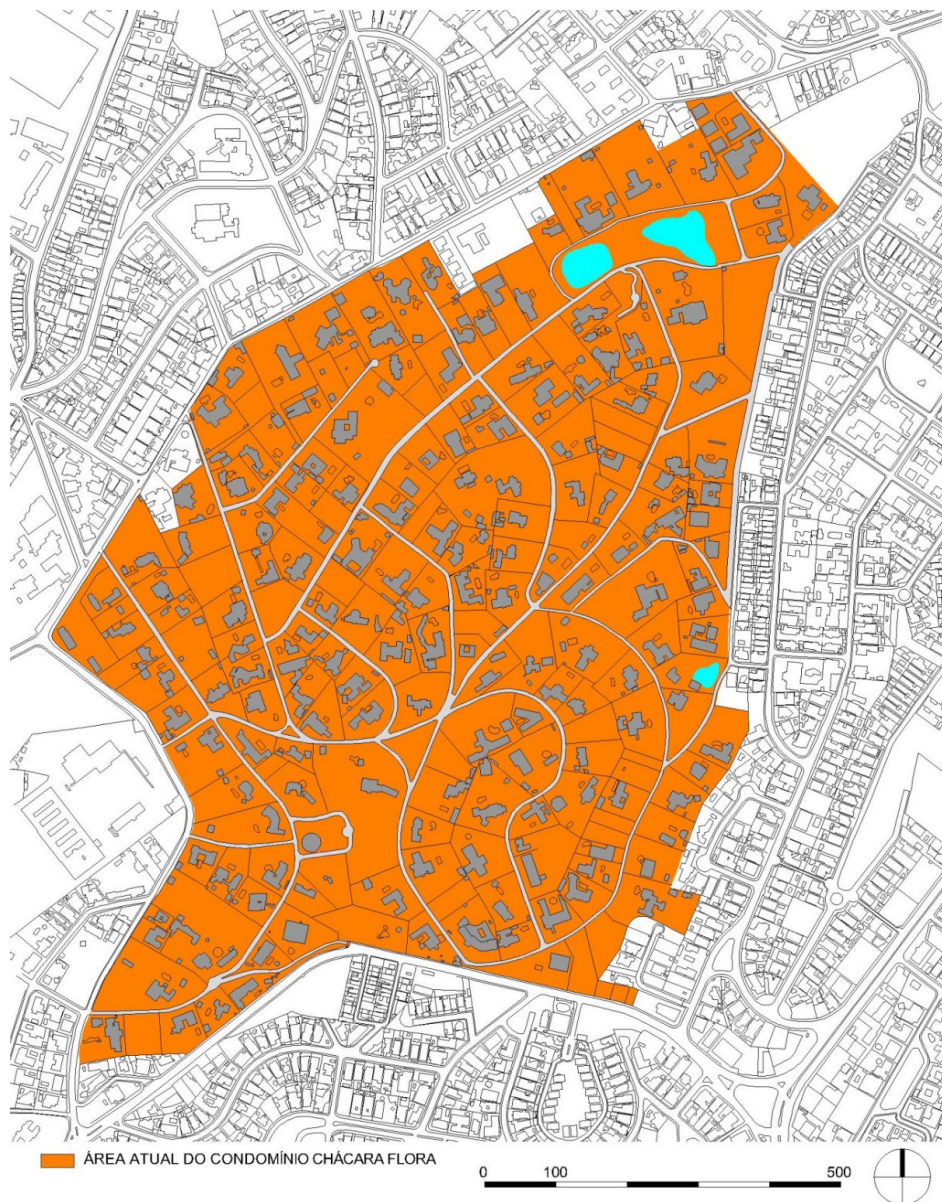


Figura 5. Mapa do condomínio Chácara Flora, com indicação das quadras, lotes e construções.

Fonte – Elaborado a partir do Sistema Geosampa, 2018.

O bairro Jardim América foi tombado em 1986, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, órgão responsável pela preservação dos bens do Estado de São Paulo, e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, CONPRESP, em 1991. O bairro do Pacaembu foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1991 e pelo CONPRESP, em 1992.

Em 1987, a Secretaria Municipal de Habitação abriu um processo de tombamento da área da Chácara Flora. Na Reunião Ordinária de 18 de novembro de 2014, por unanimidade de votos dos membros do CONPRESP, a proposta de abertura de processo de tombamento foi indeferida, uma vez que os conselheiros entenderam que a área já era protegida pelo Decreto Estadual nº 30.443/89, e que não era pertinente a sobreposição de legislações de preservação (CONPRESP, Ata, 2014).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da morfologia urbana do condomínio da Chácara Flora, na zona sul de São Paulo demonstrou tratar-se de um estudo de caso de excepcionalidade no contexto da cidade de São Paulo, uma vez que a configuração morfológica do loteamento, assim como as dimensões dos lotes resultantes desviam-se dos padrões médios para residências unifamiliares existentes na maioria dos bairros estritamente residenciais do município. A compreensão desse fato urbano só é possível a partir da confrontação entre o contexto histórico e territorial do período de formação do loteamento.

Os resultados demonstram que o desenho do loteamento da Chácara Flora respeita a topografia e a vegetação do local, e segue o princípio das formas orgânicas com extensas áreas livres de construção dentro dos lotes, seguindo os princípios de bairro-jardim, difundidos em São Paulo no início do século XX, com os projetos de Barry Parker para os bairros do Jardim América, Alto da Lapa e Pacaembu. Mas, diferentemente desses bairros que atualmente estão integrados no tecido da cidade, mesmo que restritos à aquisição para as classes mais favorecidas da sociedade, a Chácara Flora, desde sua origem, criou um enclave fortificado e desconectado do tecido urbano envoltório.

Mesmo estando afastada do centro histórico de São Paulo, a zona sul está totalmente conurbada com a região central, e atualmente a região da Chácara Flora apresenta-se como uma ilha murada e não interconectada com o sistema viário e com a população do entorno. Para tentar resolver essa questão que confronta com o que se almeja para as cidades contemporâneas será necessário considerar os dados apontados por este estudo, ou seja, o valor significativo da área verde tombada do condomínio e a qualidade ambiental da região, sua formação histórica, sua configuração morfológica e a representatividade do acervo arquitetônico e paisagístico da Chácara Flora.

REFERÊNCIAS

ALMANAK Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - Ano 1914 \Edição C00070. Rio de Janeiro. In: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. **Santo Amaro. História dos bairros de São Paulo.** Volume 4. Divisão do Arquivo Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo: Gráfica Municipal, 1981.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 58**, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre loteamento e venda de terrenos para pagamento em prestações. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-58-10-dezembro-1937-354194-publicacaooriginal-75211-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CONPRESP. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. **Ata da 600ª Reunião Ordinária do Conpresp**, de 18 de novembro de 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Ata600181114_pdf_1418831432.pdf. Acesso em: 07 jan. 2019.

COSTA, Stael de Alvarenga Costa; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de morfologia urbana.**

Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

GAUTHIER, P.; GILLILAND, J. **Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form**. *Urban Morphology*, v. 10, n. 1, 2006.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEFFINGWELL, Edward. (2003) **A Memória do Guardiã**: a coleção Kim Esteve e uma história da Chácara Flora. São Paulo: Terceiro Nome, 2003.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. In: **Acta Scientiarum. Technology**, v. 33, n. 2, 2011, p. 123-127. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/6196>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 6.983**, de 22 de fevereiro de 1935, Secretaria dos Negócios da Justiça, São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-6983-22.02.1935.html>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 30.443**, de 20 de setembro de 1989, que considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte exemplares arbóreos, situados no Município de São Paulo. Disponível em: <https://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/decretos/decreto-estadual-n-30-443/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SÃO PAULO (Município). **Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. Geo Sampa, 2018. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 07 jan. 2019.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. EDUSP, São Paulo: EDUSP, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Urbana 116, 118, 122, 126

Análise Espacial 13

Arborização Urbana 24, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 84, 85, 86, 87

Áreas Verdes 5, 21, 36, 37, 41, 42, 60, 63, 64, 65, 75, 82, 87, 101, 117, 162, 171, 195, 241

Assentamentos Sustentáveis 219

C

Calçada 79, 267, 276, 278, 291

Cambio Climático 30, 31, 37, 61

Caminhabilidade 259, 267, 269, 270, 272, 276, 278, 289

Cidade 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 22, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 215, 217, 231, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 247, 248, 250, 255, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 303, 307, 308

Cidade-Jardim 159, 160, 162, 171

Comunidades Alternativas 219, 226, 232

Comunidades Intencionais 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 231

Convívio Social 105, 188, 279, 280, 285, 286, 291

Crescimento Urbana 102

Cultura da Sustentabilidade 219

D

Desenvolvimento Sustentável 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 86, 177, 224, 225, 231, 288, 294

E

Ecologia de Paisagens 13

Ecologia Urbana 116, 120, 121, 123, 125

Escola Sem Muros 234, 235, 236, 238, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 258, 260, 261, 262, 263, 264

Espaços Públicos 27, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 204, 264, 267, 268, 269, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292

Evolução Urbana 10, 129, 144

F

Fragmentação Espacial 13, 15, 27

G

Gestão Urbana 113, 291, 296, 297, 298, 300, 303, 307

H

História Urbana 176

I

Infraestrutura Religiosa Católica 145, 147, 153, 154, 155

Infraestrutura Verde 13, 14, 16, 21, 22, 24, 27, 28

L

Legislação Ambiental 15, 102

legislação Urbanística 102, 104, 109, 113

Lugar Público 279

M

Mobilidade Ativa 267, 269, 270, 272, 274, 276, 278

Morfologia Urbana 28, 63, 65, 88, 102, 103, 105, 107, 159, 160, 161, 173, 174, 186

O

Ocorrências Urbanas 102, 103, 105, 106, 107, 108

P

Paisagem 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 61, 65, 71, 112, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 137, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 203, 205, 253, 263, 281, 283, 293, 301

Paisaje Cultural 30, 32

Participação Social 90, 93, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307

Patrones de Localización 145, 151

Pedestre 5, 11, 12, 213, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278

Percepção 63, 71, 75, 87, 88, 91, 93, 98, 99, 100, 123, 124, 177, 178, 248, 253, 255, 259, 264, 270

Planejamento Urbano 5, 6, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 116, 124, 125, 199, 240, 279, 282, 288, 291, 300

Políticas Públicas 1, 3, 4, 8, 11, 90, 105, 192, 240, 264, 282, 291, 296, 297, 298, 303, 304, 305
Práticas Urbanas Criativas 114, 279, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 293, 294
Processamento de Imagens 13
Processo de Projeto 233, 234, 260
Projeto Urbano 98, 161, 187, 191, 200, 201, 298

Q

Qualidade do Espaço Urbano 203, 205, 210, 267

R

Reconversão 187, 191

Resiliência Urbana 116, 118, 123

S

Serviços do Ecossistema 116, 117, 118, 121, 122, 125

Sistema Viário 5, 11, 15, 72, 170, 173, 195, 198, 203, 205, 210, 212, 215

T

Trama Urbana 47, 141, 145, 146, 149, 152, 157

U

Urbanismo 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 28, 36, 61, 63, 101, 114, 129, 139, 142, 145, 159, 163, 167, 171, 175, 188, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 229, 230, 231, 234, 265, 267, 278, 284, 286, 287, 288, 291, 293, 294, 296, 307, 309

Urbanização 1, 3, 4, 7, 10, 11, 15, 18, 64, 67, 106, 112, 116, 117, 118, 130, 139, 143, 193, 196, 241

V

Vegetação 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 111, 114, 163, 173, 195, 272, 276, 278

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 